

Um amplo painel da obra de Marx

Paulo Denisar Fraga*

Armando Boito Jr., Caio Navarro de Toledo, Jesus Ranieri, Patrícia Vieira Trópia (orgs.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. Campinas/São Paulo, IFCH/Xamã, 2000.

Na contramão dos “intelectuais em retirada” (J. Petras), que hoje renegam o marxismo para ressuscitar teorias jurídico-institucionais, cuja ineficácia para a emancipação do trabalho foi evidenciada pela obra de Marx – donde a necessidade mesma de decretarem a sua superação ou morte –, em novembro de 1999, reunindo professores e pesquisadores de doze estados do Brasil, o Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp promoveu o “I Colóquio Marx e Engels”, do qual resulta este livro – *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. O volume, composto por cinco capítulos derivados das mesas-redondas do Colóquio, contém, além disso, um anexo com os resumos da maioria das comunicações apresentadas.

O primeiro capítulo aborda o controverso tema da ruptura ou continuidade entre a obra de juventude e a de maturidade de Marx. Ester Vaisman, seguindo as teses de José Chasin, propõe que, se há ruptura em Marx, ela se dá em meados de 1843, quando Marx se livra, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, da filosofia da autoconsciência de sua tese doutoral, da antropologia racional dos artigos da *Gazeta Renana* e da teo-

ria do ser da filosofia especulativa de Hegel, a partir de onde Marx daria início a uma nova posição ontológica, doravante materialista. João Quartim de Moraes entende que a contraposição entre obra da juventude e da maturidade é comum nos grandes autores, e que nenhuma ruptura é absoluta a ponto de não guardar pressupostos anteriores. Recusando o que chama de catálogos explicativos dos erros e acertos de Marx e Engels, analisa a eficácia das leituras da teoria marxiana à luz dos desdobramentos dos movimentos revolucionários, polemiza com Ruy Fausto sobre a sua teoria da “antropologia negativa” em Marx e, por fim, refere-se a três escritos de Louis Althusser, para dizer que as questões neles colocadas sobre a natureza da inversão da dialética hegeliana por Marx ainda continuam de pé. Roberto Romano, por sua vez, sem entrar no assunto em pauta, pontua topicamente alguns pensadores modernos para redigir um artigo sobre o tema da “tradução” em Marx.

O segundo capítulo versa sobre a polémica em torno do legado marxista de Friedrich Engels. Ronald Rocha defende, com radicalidade, a integridade teó-

* Professor do Departamento de Filosofia e Psicologia da Unijuí, RS

rica da contribuição marxista de Engels. Para tanto, monta seu texto pelo enfrentamento direto às principais críticas formuladas contra este autor, contestando-as, uma a uma, com passagens, em sua grande maioria, extraídas dos próprios textos de Engels. Ricardo Musse, numa postura intermediária, prefere argumentar que se, num primeiro movimento, não é possível negar a evidência da unidade das obras de Marx e Engels, num segundo, especialmente no chamado “último Engels”, igualmente não cabe ignorar a sua heterogeneidade, perceptível já no próprio empenho de Engels em “atualizar a teoria” pelas “demandas próprias de seu tempo”, fosse como intérprete-sistematizador, fosse como desbravador de novos campos temáticos para o marxismo, cuja trajetória terminou por cristalizar uma determinada interpretação/apropriação deste, conhecida como “marxismo da Segunda Internacional”. Já Hector Benoit, no pólo oposto de Ronald Rocha, critica o que considera a naturalização e a objetivização mecânica da dialética por Engels, contrastando certas teses deste com formulações teóricas de Marx e Hegel, que jamais teriam admitido tais parâmetros. Ato contínuo, lembra que os maiores seguidores dessas concepções de Engels foram justamente Bernstein, Kautsky e o stalinismo, evidências de que, “ao menos de maneira embrionária”, o cientificismo marxista e o evolucionismo eleitoralista da Segunda Internacional já estavam, em grande medida, contidos nas formulações gerais do último Engels.

O terceiro capítulo se ocupa das contribuições de Louis Althusser e Georg Lukács à teoria marxista. Discorrendo sobre Althusser, Miriam Limoeiro-Car-

doso aborda, nos textos tardios desse autor – que contêm novos e diferentes desdobramentos do seu pensamento –, o tema da crise do marxismo, que envolve, também, as suas teorizações sobre a ideologia. Mostra que, para Althusser, tal crise não se resumia a situações conjunturais extrínsecas, mas dizia respeito a aspectos da própria teoria marxista, tais como a “falta de um tratamento claro da dialética em Marx” que, dando margem a “interpretações positivistas e evolucionistas”, teriam permitido a Stalin enrijecer a dialética ao extremo “sem precisar romper com Marx”. Desse modo, argumenta que Stalin, ao “violentar o que o marxismo era”, conseguira, ao mesmo tempo, instaurar e bloquear a eclosão dessa crise, cuja “brecha” só seria aberta pelos movimentos de massa, que teriam, finalmente, conferido ao marxismo uma chance real de superá-la. Wolfgang Leo Maar, num artigo denso, discute o tema da formação social em Lukács. Tomando, como ponto de partida, a tese lukacsiana de que a categoria central da dialética é a totalidade, avalia as nuances, limites e rearranjos da relação entre a dialética da reificação e a realização objetiva do trabalho, trama teórico-analítica pela qual procura refletir sobre os caminhos de Lukács para Marx. Em torno de tal intencionalidade o autor perfila e identifica o lugar conceitual de diferentes obras do filósofo húngaro, acompanhando o evoluir que vai do predomínio do tema da consciência de classe ao da crítica ontológica, desenhado, como é sabido, nas duas obras-pólo do seu pensamento: *História e consciência de classe* e *Ontologia do ser social*. No texto que fecha o capítulo, Sérgio Lessa procura justificar os termos e

a importância da propositura lukacsiana de uma ontologia no século XX. Inicia rebatendo o que se pode chamar de falsa “ontologia” burguesa, isto é, de que a essência humana se definiria pela vinculação imanente do ser do homem à propriedade privada, fazendo-o egoísta e concorrencial, cuja natureza ontológica eternizaria a sociedade capitalista. Opondo-se a isso, apóia-se na tese de Marx de que a essência humana é o conjunto das relações sociais para defender que a ontologia de Lukács não só se diferencia das ontologias metafísicas tradicionais, como se assenta na autoconstrução do ser social na esfera fundante do trabalho e das suas relações de reprodução, que, ao transformar a natureza, transformam também os indivíduos e a sociedade, liquidando com qualquer teleologia fatalista da história. Destarte, aponta que o “móvel decisivo” que levou Lukács a propor uma ontologia no século XX foi, justamente, a necessidade de evidenciar a “possibilidade ontológica da revolução” e desmascarar as ideologias burguesas a ela contrárias.

O quarto capítulo avalia a contribuição de Antonio Gramsci e de Edward Palmer Thompson ao marxismo. Giovanni Semeraro destaca que o valor do pensamento de Gramsci estaria em ultrapassar as interpretações positivistas e economicistas do marxismo, enriquecendo-o de novas categorias conceituais à luz do seu presente histórico, dotando-o, com isso, de uma nova vitalidade prática. Para tanto, ressalta que os grandes objetivos de Gramsci eram enfrentar “as ideologias modernas nas suas formas mais sofisticadas” e lutar para que os trabalhadores ascendessem também à con-

dição de intelectuais, constituindo-se como classe dirigente capaz de se autogovernar. Visando apresentar os desdobramentos teóricos decorrentes dessas tarefas, discorre sobre a elaboração gramsciana dos conceitos de “filosofia da práxis” e de “hegemonia”, que seriam os “eixos unificadores de todo o seu pensamento”. Cláudio Batalha, escrevendo sobre Thompson, sugere que este autor pode ser mais bem compreendido como um “acadêmico erudito preocupado em aplicar o marxismo em sua área de saber”, haja vista que ele mesmo “nunca se colocou na condição de teórico do marxismo”. No que diz respeito à recepção da teoria marxista, destaca que Thompson teria criticado o marxismo “como doutrina, como método e como herança/patrimônio” para preferi-lo alternativamente como tradição, que incluiria as formulações de Marx e Engels e daqueles que procuraram enriquecê-las, reconhecendo o marxismo como um movimento plural coexistindo sob “um vocabulário comum de conceitos”. Posteriormente, observa que Thompson, ao acompanhar as crescentes críticas do stalinismo e do “estruturalismo althusseriano”, revisa sua concepção unitária do marxismo, para falar dele como “duas tradições” irreconciliáveis desde 1956: “uma tradição fechada, idealista e teológica”, que associa ao stalinismo e ao althusserianismo e “uma tradição aberta, materialista e racional” do comunismo libertário, à qual ele se declarava pertencente. Na sequência, apresenta algumas apropriações peculiares de conceitos da teoria marxista por Thompson, as quais, por sua vagueza e heterodoxia excessivas, foram criticadas como “culturalismo” e “marxismo romântico”.

O quinto capítulo que, dada a Apresentação dos organizadores do livro, deveria ter sido editado em terceiro – por tratar, como os dois primeiros, de assunto pertinente aos clássicos fundadores, e não, ainda, à obra dos seus “intérpretes” –, traz o debate sobre a atualidade da crítica da economia política, já anteriormente publicado na *Crítica Marxista* número 10. Francisco José Soares Teixeira, após registrar a chamada dimensão civilizatória do capital, toma em consideração seus limites e contradições, e argumenta que o crescimento da produção de valores de uso e a necessidade de valorização do valor exigem formas sociais em que tal contradição possa se mover e realizar. Explica como essas formas de resolução se dão no interior da cooperação simples, da manufatura e da grande indústria. Depois, enfrentando Offe, Giannotti, Habermas e Francisco de Oliveira – que advogam, em diferentes tons, o fim do paradigma do trabalho como medida objetiva do valor, confinando-se no reformismo político –, defende a tese de que o capitalismo contemporâneo passou a uma forma – mais avançada – de “cooperação complexa” da produção de mercadorias. Pretende, com esta formulação, explicar o processo da reestruturação produtiva sem precisar aceitar a idéia de uma *ruptura* no sistema produtor de mercadorias, o que lhe permite reafirmar a atualidade da luta de classes e elevar a defesa do socialismo à condição de “estratégia prioritária”. Jorge Grespan escreve sobre o conceito de crise na crítica à economia política. Inicia afirmando que a importância da crítica de Marx à economia política ultrapassa a mera comparação de duas teorias distintas. Mais do que isso, observa

que a crítica da economia política é o meio privilegiado de se adentrar à própria teoria de Marx, dado que esta se constitui como “reelaboração e inversão” das categorias fundamentais daquela. Não há, em Marx, uma “crítica” *ao lado* de uma “exposição”. A exposição já se dá “simultaneamente” como *crítica* – como “re-exposição” das categorias da economia política –, visto que a “crítica é o que permite à exposição assumir a forma dialética”, num movimento em que tais categorias se desenvolvem (em sua contradição) até o ponto em que exigem sua própria transformação”, implicando o surgimento de novas categorias, remontando todo o sistema que as organiza. À luz dessa armação dialética, que estrutura metodologicamente o seu texto, passa a expor o conteúdo (e a forma) das críticas de Marx a David Ricardo, alegando que elas expressam uma “síntese do conjunto” da crítica à economia política, caminho pelo qual vai apreendendo dialeticamente a *crise* como o “negativo” onipresente em todo o desenvolvimento da exposição, explicitando o “elo profundo” que há entre crise e crítica.

Na seqüência do mesmo capítulo, Leda Maria Paulani prefere situar a configuração histórico-teórica da crítica marxiana à economia política. Para tanto, divide seu texto em três partes: na primeira, retoma os marcos do rompimento de Marx com a filosofia de Hegel, ao afirmar que naquele “a totalidade estava já com a economia política”; na segunda, parte da diferença entre as dialéticas de Hegel e Marx, comenta aspectos do método da economia política e evidencia limitações da economia clássica em face do aporte teórico de Marx; na ter-

ceira, sustenta a validade atual da crítica marxiana à economia política – mediante uma discussão sobre o fetichismo da “sociedade do espetáculo” (conforme Guy Debord) –, o papel do dinheiro e a centralidade do trabalho em face da teoria marxista do valor. Por último, Mauricio Coutinho enfoca a temática a partir de duas indagações: se as teses de Marx ainda conseguem explicar o capitalismo atual, e se a crítica da economia política é compatível com a teoria econômica contemporânea. Privilegiando a segunda questão, caracteriza alguns elementos da economia clássica e, depois, da contemporânea, enfatizando que esta discrepa daquela e da marxista pelo fato de considerar que o agente econômico é o indivíduo, e não as classes, e de basear-se na indeterminação e na escolha racional, e não na determinação histórica.

Porém, rediscutindo as noções de “classes sociais”, de “subjetividade” e de “determinação”, pelos interstícios que escapam ao referido enquadramento geral, procura caminhos para abrir a economia marxista “à atualização e para as possibilidades de fertilização do debate econômico contemporâneo”.

Por fim, cabe aduzir que *A obra teórica de Marx*, pelo amplo mosaico temático aqui perfilado, contribui para preencher, na produção editorial brasileira, a lacuna de um balanço-síntese dos grandes debates do marxismo. Isso já basta para dizer da sua importância para qualquer um que deseje encontrar, num só livro, um competente, plural e autêntico recenseamento crítico dessas questões, aporte teórico salutar a toda boa compreensão – *dialética* – da teoria marxista no tempo presente.

Visões e interpretações da sociedade brasileira

Duarte Pereira*

João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v. IV. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2000.

O marxismo é anti-acadêmico. Pretende transformar o mundo e não apenas interpretá-lo. Empenha-se em interpretar o mundo corretamente para conseguir transformá-lo. *A História do marxismo no Brasil* atinge, portanto, sua fase decisiva com a publicação do quarto volume, que expõe as interpretações da sociedade e da revolução brasileiras formuladas por autores e organizações marxistas.

Os dois volumes iniciais reconstituíram os impactos das grandes revolu-

ções do século XX no Brasil e a recepção entre nós das idéias de Marx e Engels e dos principais teóricos marxistas. O terceiro volume concluiu a investigação dos influxos teóricos recebidos pelo marxismo brasileiro, examinando a influência de Althusser e de Gramsci, e iniciou a exposição das visões marxistas acerca das grandes questões nacionais. O quarto volume, o último publicado, arremata essa exposição, reconstituindo algumas das mais importantes interpretações mar-

* Jornalista

FRAGA, Denisar. Um amplo painel da obra de Marx. Resenha de: BOITO Jr., Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia (orgs.). A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações. Campinas/São Paulo: IFCH/Xamã, 2000. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p.162-166.

Palavras-chave: Marx; Teoria marxista; Economia Política.